

## Devastação florestal no oeste brasileiro: colonização, migração e a expansão da fronteira agrícola em Goiás

La deforestación en el oeste de Brasil: colonización, migración y la expansión de la frontera agrícola en Goiás

Deforestation in Western Brazil: Colonization, Migration and the Expansion of the Agricultural Frontier in Goiás

### AUTORES

#### Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGELICA)  
Anápolis, Goiás, Brasil  
[sandro.dutra@ueg.br](mailto:sandro.dutra@ueg.br)

#### Jose Luiz de Andrade Franco

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil e Bolsista de Produtividade Científica do CNPq

[jldafranco@unb.br](mailto:jldafranco@unb.br)

#### José Augusto Drummond

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil e Bolsista de Produtividade Científica do CNPq

[jaldrummond@unb.br](mailto:jaldrummond@unb.br)

RECEPCIÓN  
28 julio 2015

APROBACIÓN  
28 agosto 2015

DOI

10.3232/HIB.2015.  
V8.N2.01

Este trabalho examina a história ambiental da expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional em Goiás, região central do Brasil, na primeira metade do século XX e a sua ligação com a devastação florestal. Tem por objetivo analisar o desflorestamento ocorrido em função da ocupação humana, sobretudo a partir das décadas de 1930 e 1940, em que a região recebeu grande fluxo migratório, decorrente da política de colonização conhecida como “Marcha para Oeste”. O território estudado, o “Mato Grosso de Goiás”, era um enclave de floresta tropical decidual em meio aos campos do Cerrado. Para a análise utilizamos diferentes fontes como relatos de viagens, documentação oficial, legislação, artigos de jornais, relatos memorialistas, cartas, relatório científicos, dentre outros. A pesquisa evidencia os primeiros registros dessa formação florestal, bem como os impactos das políticas de migração e colonização e a consequente devastação ambiental da área.

Palavras-chave: **História Ambiental; Oeste Brasileiro; Fronteira Agrícola; História das Florestas**

This paper examines the Environmental History of the expansion of the agricultural frontier and population growth in Goiás, the central region of Brazil, and its connection to deforestation during the first half of the twentieth century. This paper aims to analyze the deforestation that occurred due to human settlement of the area, especially during the 1930s and 1940s, when the region experienced a large migratory flux, due to the colonization policy known as the “March to the West” (Marcha para Oeste). The territory studied here in this paper, the “Mato Grosso de Goiás”, was an enclave of seasonal tropical forest amidst the Cerrado. This paper utilizes different sources such as travel accounts, official documents, legislation, newspaper articles, memoirs, letters, and scientific records, among others. The research carried out focuses on the first records of the formation of the forest, demonstrating the impact of migration and colonization policies and the sequential environmental devastation of the area.

Key words: **Environmental History; Brazilian West; Agricultural Frontier; Forest History**

Este artículo examina la historia ambiental de la expansión de la frontera agrícola y el crecimiento demográfico en Goiás, región central del Brasil, y su relación con la deforestación durante la primera mitad del siglo XX. Su objetivo es analizar la deforestación que se produjo a causa de la ocupación humana, sobre todo a partir de los años 1930 y 1940, cuando la región recibió una gran migración como consecuencia de la política de colonización conocida como “Marcha al Oeste”. El territorio estudiado, “Mato Grosso Goiás”, era un enclave de bosque tropical caducifolio localizado en medio de la región conocida como Cerrado. Para el análisis se utilizaron diferentes fuentes como los relatos de viajeros, documentos oficiales, legislación, artículos de prensa, memorias, cartas, reportes científicos, entre otros. La investigación resalta los primeros registros de esta formación forestal, evidenciando el impacto generado por las políticas de migración y colonización en la devastación del medio ambiente que se produjo en la zona.

Palabras clave: **Historia Ambiental; Oeste Brasileiro; Frontera Agrícola; Historia de los Bosques**

---

## Introdução

Vários textos de história ambiental brasileira examinam o desmatamento e a transformação de formações vegetais naturais<sup>1</sup>. Eles focalizam a Mata Atlântica, o bioma brasileiro que mais sofreu os impactos da presença humana, já que ela foi “o *locus* fundamental do encontro biofísico e cultural que remodelou a terra e a vida a partir da chegada dos europeus...”<sup>2</sup>.

Este artigo se insere nessa linha da história ambiental do desmatamento e da transformação de vegetação nativa, mas trata de outro bioma, o Cerrado. A pesquisa enfoca florestas de Goiás, conhecidas como o “Mato Grosso de Goiás” (MGG), um enclave de floresta estacional decidual no Cerrado. Este bioma apresenta uma expressiva variedade de paisagens e fitofisionomias, estruturadas em um grande mosaico que reflete “a distribuição das manchas do solo, também em mosaico [e] a incidência irregular das queimadas e de outras formas de ação do homem”<sup>3</sup>.

A grande extensão e a rica diversidade florística são as características geográficas e ecológicas mais marcantes do Cerrado. Mas, o seu estudo precisa considerar também o intenso processo de devastação iniciado nas primeiras décadas do século XX e que vem alterando radicalmente as suas paisagens. O termo “devastação” surgiu na historiografia brasileira na primeira metade do século XX<sup>4</sup>. O seu uso se vincula aos modelos agrônômicos e historiográficos que estudam a expansão agrícola e a consequente modificação das paisagens nativas no oeste do Brasil. Foi nos EUA, sobretudo nos estudos sobre a história de ocupação e expansão demográfica para o oeste, que o interesse pelo tema amadureceu; textos de história do oeste e história ambiental focalizaram o tema<sup>5</sup>. Pensando no que ocorreu nos EUA, buscamos aqui estudar a devastação em conexão com a expansão das fronteiras do oeste brasileiro, onde solos, mananciais, águas, vegetação e minérios estimularam o uso desregrado dos recursos naturais.

A história ambiental é um campo historiográfico relativamente novo, nascido sob influência dos movimentos ambientalistas do século XX<sup>6</sup>. Institucionalizada nos EUA nos anos 1970, focaliza três questões centrais: a ecologia ou os processos naturais; atividades produtivas humanas; e a interação dos humanos com a natureza, considerando inclusive valores éticos e estéticos, leis, mitos e outras estruturas de significação<sup>7</sup>. Esse ramo da história inaugura um diálogo com as ciências naturais, especialmente biologia e geografia, assumindo caráter interdisciplinar. O seu objetivo é colocar a natureza na pauta dos historiadores, como agente<sup>8</sup>.

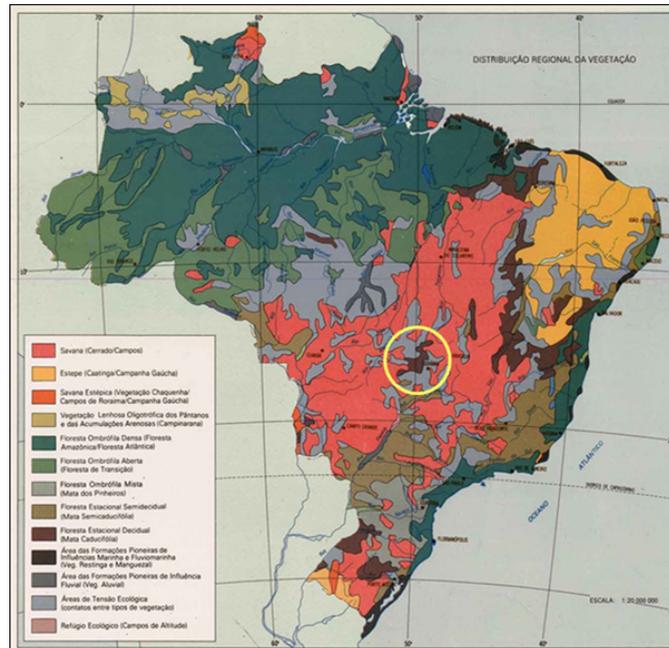
No Brasil, o termo devastação é associado a variados processos de ocupação territorial e à destruição da cobertura vegetal. Os estudos que a focalizam tratam de formas de uso e ocupação do solo, práticas agrícolas, e modos de apropriação da terra e dos recursos naturais<sup>9</sup>. O conceito de devastação proposto por Martinez<sup>10</sup> abarca traços como utilitarismo exacerbado, uso predatório e irracional dos solos e demais recursos, intervenções drásticas nos ecossistemas, e destinação mercantil da produção.

Objetivo deste artigo é compreender a ocupação e colonização da área do MGG, que durante o século XX recebeu grande influxo migratório e passou por marcantes transformações econômicas e ambientais. Foram usadas fontes que descrevem o MGG nos séculos XIX e XX e eventos que determinaram a sua ocupação na década de 1940, sobretudo a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). A Mata de São Patrício (MSP), na parte norte do MGG, recebe atenção especial, por ser objeto de relatos numerosos. As fontes usadas descrevem a floresta antes do desflorestamento e permitem entrever a grosso modo a sua composição florística, a sua ocupação acelerada e o seu corte raso. Foram usados relatos de viajantes, estudos geográficos, matérias jornalísticas e outros documentos de época. Trata-se de um estudo sobre a história da devastação de uma formação florestal singular situada no interior do Bioma Cerrado.

## **O Mato Grosso de Goiás: A ecologia de uma formação florestal singular**

O MGG compreendia uma área de floresta estacional decidual (floresta tropical caducifólia), encravada no Bioma Cerrado (Mapa 1), no Sul do antigo território de Goiás<sup>11</sup>. Essa região foi ocupada apenas esparsamente nos séculos XVIII e XIX. Os povoamentos ocorreram em torno do MGG, que estava em contato com outros tipos de vegetação, nas chamadas áreas de tensão ecológica, caracterizadas por contatos entre matas mistas e campestres do Cerrado. De acordo com uma conhecida classificação da vegetação brasileira<sup>12</sup>, a floresta estacional decidual se relaciona com um regime de duas estações climáticas bem definidas: uma é chuvosa, seguida por um período igual de estiagem. Na estiagem as plantas com folhas são predominantemente caducifólias; a queda foliar gira em torno de 50%. As florestas deciduais no Brasil estão presentes nos domínios florísticos tropicais e subtropicais, ocupando grandes áreas descontínuas, o que as coloca em contato com diferentes domínios florísticos, como ocorre com o Cerrado na nossa área de estudo (Mapa 1).

MAPA 1: MAPA DE VEGETAÇÃO DO BRASIL (DESTAQUE PARA O MATO GROSSO DE GOIÁS)



Fonte: Adaptado do IBGE, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, 1988.

O desaparecimento do MGG, embora recente, dificulta a sua classificação florística e biogeográfica e a estimativa da sua área original. Veloso e coautores enquadram o MGG em um ou mais entre quatro grupos de florestas estacionais deciduais: floresta estacional decidual aluvial, encontrada em terrenos próximos às calhas dos rios; floresta estacional decidual das terras baixas, encontrada entre 5 e 100 metros de altitude; floresta estacional decidual submontana, que varia com a latitude e ocorre entre 30 e 600 metros de altitude; e floresta estacional decidual montana, situada entre 400 e 2.000 metros de altitude<sup>13</sup>. Segundo esses autores, o MGG pertence ao grupo de florestas estacionais deciduais submontanas, que tem as seguintes características fisionômicas:

[...] situada ao norte de Goiás e sul do Estado de Tocantins, entre a floresta Estacional Semidecidual do Sul do Pará e a Savana (Cerrado) de Goiás, mais especificamente no vale do rio das Almas e seus afluentes, ocorre uma fisionomia ecológica com mais de 50% de seus ecótipos sem folhas na época desfavorável. Esta formação, denominada “Mato Grosso de Goiás”, apresenta fisionomia ecológica de mesofanerófitos, nela predominando uma mistura de ecótipos savânicos [...] de alto porte com outros caducifólios florestais<sup>14</sup>.

Essa de mistura de ecótipos<sup>15</sup> savânicos e de floresta de alto porte e a classificação dessa fisionomia como de mesofanerófitos indica a predominância de árvores cujas alturas variam entre 20 e 30 metros. Em Goiás, essas características são exclusivas e predominantes na região do MGG (Mapa 1), que Sano et. al.<sup>16</sup> julgam ter essa fisionomia de ecótipos caducifólios. Eles relacionam as formações caducifólias com “solos férteis ou eutróficos, derivados de rochas metamórficas e intrusivas básicas e/ou ultrabásicas granulizadas, mas que, geralmente, são

pouco profundos”<sup>17</sup>. Ainda assim, parte do MGG, relacionada com solos mais profundos, tem uma fisionomia bem menos caducifólia, designada como floresta estacional semidecidual. Esses autores registram solos argilosos e nitossolos na parte norte do MGG, nos municípios de Barro Alto, Ceres e Rubiataba, na localidade de Vale do São Patrício. Esta informação é significativa pois, mesmo com predominância caducifólia, o MGG apresentava disjunções de floresta estacional semidecidual, sobretudo nos municípios citados, que correspondia à MSP. Mesmo com predominância de área florestada decidual, a parte norte do MGG apresentava características de floresta estacional semidecidual, por causa do seu solo rico. Segundo Ribeiro & Walter<sup>18</sup>, era uma “mata seca sempre verde”.

Faissol<sup>19</sup> chamou o MGG de “Zona da Mata” de Goiás. Segundo ele, o nome “Mato Grosso”, usado desde o século XVIII, era genérico, relacionado à fisionomia florestal. Porém, havia nomes diferentes para algumas partes do MGG, geralmente ligados aos nomes dos rios mais próximos. Faissol dividiu o MGG em três partes, adotando os nomes usados localmente. O norte do MGG recebeu o nome de MSP. Era a parte mais preservada em fins dos anos 1940, mas já ocorriam desflorestamento e ocupação humana ligados à criação da CANG. O oeste do MGG foi chamado de Mata de Santa Luzia ou São Domingos, por estar perto do rio São Domingos, em Anicuns. A parte meridional, na região de Guapó, foi chamada de Mata da Posse; ficava perto de Goiânia e que começou a ter altos índices de desflorestamento a partir da década de 1930.

Faissol oferece a única estimativa fundamentada da área original do MGG: 20.000 km<sup>2</sup>. Ela pode ser considerada diminuta se comparada ao território de Goiás e aos extensos campos cerrados predominantes. Foi esse contraste entre campos cerrados extensos e o MGG relativamente pequeno que chamou a atenção dos primeiros observadores. A antiga província e o antigo estado de Goiás tinham cerca de 617.800 km<sup>2</sup> (soma das áreas atuais de Goiás e Tocantins). Com 20.000 km<sup>2</sup>, o MGG cobria apenas 3,23% dessa área. Mesmo com o desmembramento de Tocantins, em 1989, a área do MGG (a essa altura devastada) corresponderia a apenas 5,88% da área atual de Goiás. Apesar de aparentemente pouco significativa, essa área original do MGG corresponde a cerca de 50% do atual território do estado do Rio de Janeiro<sup>20</sup>.

A classificação florística e biogeográfica do MGG é também duvidosa, pela sua quase completa destruição e pela escassez de materiais biológicos coletados. Uma pesquisa em andamento levanta nova possibilidade quanto a essa classificação<sup>21</sup>. O uso de mapas digitalizados (de vegetação, geologia, clima, e solos) revela que o MGG pode ter tido contato com as formações do Bioma Mata Atlântica no sul de Goiás, no eixo do rio Paranaíba, fronteira com o “Triângulo Mineiro”. A confirmação disso teria duas implicações. O MGG não seria um enclave isolado de floresta no Bioma Cerrado, mas uma extensão extrema do Bioma Mata Atlântica, e a estimativa de Faissol da área do MGG seria alterada para cima.

## Primeiros relatos e primeiras ações de desmatamento

Os registros sobre o MGG datam desde quando a sua ocupação era incipiente até as migrações e o crescimento populacional da primeira metade do século XX. Relatos de viajantes, memórias, cartas, relatórios de pesquisa, reportagens jornalísticas e outras fontes a descrevem, desde o início do século XIX até meados do século XX<sup>22</sup>.

Dois dos primeiros registros sobre o MGG são do início do século XIX, escritos pelos naturalistas Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) e Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834). As suas anotações sobre o MGG são breves, mas são relevantes do ponto de vista histórico e incorporam uma perspectiva científica. Eles atravessaram a floresta pelo antigo caminho entre Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Vila Boa de Goiás (atual Cidade de Goiás).

Saint-Hilaire, botânico francês, ligado ao Museu Natural de Paris, esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Os registros de suas viagens geraram publicações importantes, boa parte delas traduzida para o português. O seu trabalho é um marco nos estudos da vegetação brasileira. Entre as suas publicações estão *Flora Brasiliae Meridionalis* e a narrativa multi-volumes das suas viagens pelo Brasil, inclusive Goiás<sup>23</sup>.

Saint-Hilaire visitou Goiás em 1819, no início da estiagem. A vegetação dos campos cerrados chamou a sua atenção desde que adentrara as terras altas do Brasil central. As suas impressões não foram entusiásticas, porque ele comparava as formações ralas e ressecadas do Cerrado com a exuberância florestal da Mata Atlântica, que conhecia bem. Comparou as paisagens nativas do Cerrado a campos de trigo ceifado, com vegetação rala e seca e arvoredos inexpressivos e desinteressantes: “Todas as plantas ressecadas pelo ardor do sol tinham uma coloração amarela ou cinza, que afligia o olhar. Já não se viam mais flores, e o aspecto da região fazia lembrar *Beauce* [na França] logo após a época da colheita”<sup>24</sup>. Essa sensação de estar numa área agrícola europeia era quebrada aqui e ali por uma era palmeira buriti fincada num brejo. As paisagens do Cerrado não comoviam os olhos do naturalista, que lamentava também não localizar plantas em floração.

O contraste dessa vegetação com a área florestada do MGG chamou a sua atenção e ele fez questão de registra-lo. Ao cruzar a aldeia de Jaraguá, entre Meia Ponte e Vila Boa, Saint-Hilaire escreveu as suas impressões sobre o MGG. A vegetação predominante entre Meia Ponte e Jaraguá era tipicamente de Cerrado, mas tinha fisionomia de transição para floresta. Ele observou a mudança:

Depois de deixar Jaraguá atravessei um pequeno trecho salpicado de árvores raquíticas e em seguida penetrei numa mata fechada. Trata-se do célebre Mato Grosso [...] cortado de leste a oeste pela estrada, num trecho de 9 léguas. Ao percorrer as seis primeiras léguas, a mata me pareceu bastante semelhante à que eu havia visto antes de chegar a Jaraguá. Os grandes arbustos são aí mais numerosos e mais compactos do que nas florestas virgens propriamente ditas. [...]. A parte final da mata apresenta uma vegetação muito mais bela que o resto. Ali as árvores, quase todas vigorosas e muito próximas umas das outras, se entrelaçam com arbustos e lianas formando um denso emaranhado de ramos, e em certos

trechos os bambus, muito diferentes dos que vi antes de Jaraguá, de hastes mais altas e mais grossas, formam no alto uma espessa cobertura<sup>25</sup>.

A exuberância da vegetação florestal captou a atenção do naturalista. Ele anotou que, a despeito da seca, a floresta se mostrava “verde e viçosa em Mato Grosso (20 de junho), e uma densa folhagem cobria a maioria das árvores”<sup>26</sup>. Isso contrastava com a maioria das fisionomias do Cerrado que “ficavam quase tão desfolhadas quanto as árvores da Europa” no inverno<sup>27</sup>. As árvores do MGG eram mais numerosas e mais densas que nas “florestas virgens” do Cerrado. Nas três últimas léguas de percurso, ele notou o adensamento maior da vegetação e a altura média maior das árvores. Encontrou poucas espécies em floração, o que inibiu a catalogação da vegetação.

As descrições do MGG nos relatos de Saint-Hilaire aparecem como uma pausa, ou um parêntese na sua narrativa, o que evidencia o impacto da paisagem sobre ele. A travessia do MGG foi breve, mas ele fez questão de registra-la. Afirmou ser impossível catalogar precisamente da vegetação, mas recomendou estudos cuidadosos do MGG, prevendo que poucas espécies locais seriam encontradas também na Mata Atlântica. As plantas coletadas no MGG foram mencionadas em *Flora Brasiliae Meridionalis*<sup>28</sup>.

Em outro trabalho publicado no Brasil, o naturalista menciona novamente o MGG. Ele destaca que matas são raras nas paisagens goianas. Registra as formações florestais situadas nas baixadas, nas galerias fluviais e nos terrenos mais úmidos. Ao se referir aos capões, termo que designa enclaves ou “ilhas” florestais nos campos cerrados, ele escreve que eles são pequenos em Goiás. Destaca, no entanto, o MGG: “mas existe entre Meia-Ponte e Vila Boa uma floresta denominada Mato Grosso, que se estende por 9 léguas de leste a oeste e cujos limites, ao norte e ao sul, ainda não são bem conhecidos”<sup>29</sup>.

Outro relato que inclui descrições do MGG foi escrito pelo médico e botânico J. E. Pohl, que esteve no Brasil entre 1817 e 1821. Pohl foi professor de botânica da Universidade de Viena (Pohl, 1976). Coletou um rico material, que resultou no importante *Plantarum Brasiliae Icones et Descriptiones hactenus ineditae*, publicado em dois volumes, em 1826 e 1833<sup>30</sup>.

Pohl e comitiva visitaram Goiás em 1819. Ele fez o mesmo trajeto de Saint-Hilaire no MGG, mas passou por lá entre 18 e 20 de janeiro de 1819, no meio da estação chuvosa. Pohl informa que as matas formavam uma “esplêndida floresta virgem”<sup>31</sup>, ressaltando que a paisagem, em contraste com os “campos relvosos” do Cerrado, tornava o trajeto agradável:

As diversas e altas árvores desta floresta davam-nos sombra fresca. Acácias e loureiros da grossura de um homem e de 13 a 24 metros de altura, fetos disputando em tamanho com as palmeiras, em resumo, magníficas formas vegetais alternavam-se com altas árvores de curiosos formatos, densamente reunidas, cujos nomes, por faltarem as flores, ficam à espera de futuros naturalistas<sup>32</sup>.

Pohl se encantou com as gigantescas árvores do MGG, com os cipós e com as grossas

trepadeiras que subiam até o topo das árvores. Ele descreve algumas espécies: “Havia muitas Citamíneas, mas infelizmente, também sem flores”. Ele sugeriu organizar uma expedição especificamente para estudar o MGG.

Os relatos de Pohl e Saint-Hilaire sobre o MGG, embora breves e pouco descritivos do ponto de vista florístico, têm grande relevância como registros da paisagem e das diferenças entre o Cerrado *strictu sensu*, dominante nos seus trajetos, e a peculiar vegetação florestal do MGG.

O século XX em Goiás foi marcado pelas primeiras manifestações de uma política de modernização e integração com o sudeste do Brasil, por meio da expansão ferroviária. Nas duas primeiras décadas, ferrovias e rodovias substituíram as antigas rotas de tropeiros e boiadeiros. Nos anos 1930, a expansão rodoferroviária já chegara ao sul do MGG; em 1933, a nova capital de Goiás, Goiânia, começara a ser construída nas bordas do MGG. Em 1935, a ferrovia chegou a Anápolis. Isto causou forte valorização das terras e estimulou um significativo fluxo migratório para a área do MGG.

Alguns registros dos anos 1920 e 1930 descrevem as migrações e a natureza ainda preservada do MGG. Destacamos dois relatos feitos por duas pessoas que mudaram para a região na esteira do surto de valorização fundiária: o advogado brasileiro Carlos Pereira de Magalhães (1881-1962) e a atriz e escritora norte-americana Joan Lowell (1902-1967).

Magalhães nasceu em São Paulo. Mudou para Goiás em 1918 e se dedicou à compra de uma fazenda de 135 mil hectares na região vizinha à MSP, próximo ao rio das Almas. A negociação foi feita em nome de importante família paulista, os Monteiro de Barros. Magalhaes comprou para essa família uma propriedade dos irmãos Brockes<sup>33</sup>, descendentes de imigrantes alemães, oriundos de Blumenau, Santa Catarina. Os relatos de Magalhães sobre a MSP foram publicados, juntamente com as suas cartas, escritas entre 1918 e 1925.

Os relatos de Magalhães antecederam o grande fluxo migratório da década de 1940. As cartas mencionam a MSP -paisagens, fauna, flora, estradas e caminhos. Em carta de 26 de junho de 1919, Magalhães escreve: “Senti-me emocionado com a grandiosa barreira verde da floresta primeva, que se desdobra pela serra da divisa a mais de 5 léguas de fundo e estende-se do rio das Almas ao Morro dos Bois, mais de 15 léguas sem solução de continuidade”<sup>34</sup>. Descreveu a exuberante vida selvagem (onças, anacondas, pássaros e outros animais) e a vegetação florestal em estado bruto. Ele constrói uma narrativa sobre a beleza natural que tanto o impressionava.

Em carta de 12 de maio de 1919, Magalhães relata um banho no rio das Almas: “Entre na faixa florestal que guarnece as margens do rio a menos de um quilômetro do nosso rancho. Sentei-me à sombra do gigante arvoredado, hipnotizado pela beleza virgem da selva”<sup>35</sup>. Em 30 de junho de 1919, relatou outra experiência, uma caminhada até um antigo cafezal. Na companhia de vizinhos, atravessou rios e riachos, seguindo trilhas em meio ao denso arvoredado, até chegar a uma área úmida onde tinham sido plantados pés de café; outros pés cresciam espalhados à

sombra da abóboda fechada, possivelmente a partir de sementes espalhadas por aves como o jacu. Descreve ricamente a fauna e a flora da MSP e a maneira como os sertanejos colhiam o café: “Estranhei o modo de colher café, cortando-se a facão o cafeeiro. [...] Por estas poucas linhas, poderá o amigo avaliar a inépcia da atualidade e a expectativa do futuro desse desprezado rincão”<sup>36</sup>.

As cartas de Magalhães acusam, também, o início da devastação florestal, causada pela abertura das primeiras estradas, ligando as minas de Crixás a Jaraguá, passando pela fazenda Lavrinha. Preocupado, Magalhães sugeriu ao governo goiano a criação de um parque nacional, algo inovador para a época.

Anos depois, Lowell registrou em suas memórias (publicadas nos EUA, em 1948, com o título de *Promised Land*) as suas experiências no MGG<sup>37</sup>. Nascida em Berkeley, Califórnia, morreu no Brasil. Teve curta carreira no cinema mudo, iniciada em 1919, na *Goldwyn Studios*, atuando em filmes como *The Gold Rush*, de Charlie Chaplin, em 1925. Em 1935, ela se mudou para o Brasil, acompanhando o seu segundo marido, o Capitão Bowen, contratado pela mesma família Monteiro de Barros para abrir uma estrada ligando a fazenda Lavrinha a Jaraguá.

O livro de Lowell, posteriormente publicado no Brasil, descreve a chegada de novos habitantes, no final da década de 1930, sobretudo na MSP, ainda bem preservada: “O Rio das Almas tinha-se insinuado pelas florestas de Lavrinha e São Patrício. [...] A sudoeste da crista da montanha, podíamos ver a nossa nova fronteira. Centenas de milhas de floresta de boa madeira cobriam rica terra vermelha”<sup>38</sup>. Ela narra as visitas à floresta para observar fauna e flora. Como Magalhães<sup>39</sup>, descreve uma caminhada ao antigo cafezal e a colheita do café na MSP.

O texto de Lowell é uma narrativa romântica sobre a natureza indômita e a chegada dos primeiros pioneiros encarregados de dominá-la. Lowell descreve vividamente a chegada dos colonos à CANG nos anos 1940. Misturando ficção e realidade, os relatos dela documentam a intensa ocupação da área e destacam a função das rodovias nesse processo.

## Expansão agrícola e colonização do oeste brasileiro

Os estudos de Frederick Jackson Turner<sup>40</sup> sobre a fronteira norte-americana, sobretudo a relação entre os seres humanos e o cenário natural do oeste dos EUA, ajudam a compreender a expansão agrícola para o planalto central brasileiro. O cenário natural impôs desafios e deu estímulos para a abertura da fronteira goiana. A ocupação concentrou-se, no século XVIII, nas localidades auríferas. Com a decadência do ouro, a pecuária extensiva virou a principal atividade produtiva, ocupando áreas de campo cerrado e evitando as poucas formações florestais. David McCreery<sup>41</sup> considera a pecuária extensiva o principal vetor de ocupação de Goiás no século XIX e classifica Goiás como a “fronteira da fronteira”.

As áreas de campos cerrados eram queimadas regularmente para servir de pastagem

para o gado, mercadoria que não precisava ser transportada, apenas conduzida<sup>42</sup>. A atividade agrícola em escala comercial era inviável, devido às grandes distâncias e à inexistência de vias de escoamento da produção. As elites locais não se interessavam pelas áreas florestadas, pois elas dificultavam a formação de pastagens. Combinado com a ampla oferta das pastagens nativas dos campos cerrados, esse desinteresse garantiu a preservação das formações florestais. No entanto, nas primeiras décadas do século XX, a expansão de ferrovias e estradas estimulou a imigração de pessoas interessadas na agricultura comercial, inclusive no MGG.

Para Faissol, em meados do século XX o MGG era a região mais importante de Goiás para expansão agrícola e colonização. Apontava os fatores propícios, como o capeamento sedimentar composto de rochas eruptivas básicas; solos resultantes da decomposição dessas rochas, com apreciável riqueza em humo; e um forte crescimento populacional, comparável somente ao do norte do Paraná naquele momento. O crescimento demográfico acelerado chamou a atenção de Faissol. Os dados relevantes constam da Tabela 1. Faissol destacou quatro fatores que o estimularam: a construção da nova capital (Goiânia), iniciada em 1933; o avanço da ferrovia, que chegou a Anápolis em 1935; o início do povoamento da CANG, na MSP, em 1944; e a ligação rodoviária entre a CANG e a estação ferroviária de Anápolis, concluída em 1944<sup>43</sup>.

TABELA 1: POPULAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS E DO MATO GROSSO DE GOIÁS, 1920, 1940 E 1950

Ano	População de Goiás (1)	População do Mato Grosso de Goiás (2)	(2)/(1) %
1920	511.919	80.000	15,62
1940	661.226	200.157	24,20
1950	1.010.880	400.000	39,56

Fonte: Adaptado de Faissol, 1952

Sobre os dados da Tabela 1, deve ser notado que as cifras válidas para o MGG (coluna 3) não registram apenas os residentes na área florestada. Para 1940, por exemplo, os municípios considerados foram Anápolis, Anicuns, Goiânia, Goiás, Inhumas, Itaberaí e Jaraguá. Eles eram grandes e muitas populações recenseadas moravam longe do MGG. De toda forma, em 1920 a área de estudo já hospedava uma população razoavelmente grande, considerando o seu caráter remoto e o difícil acesso. No entanto, a quarta coluna demonstra que entre 1920 e 1950 a população da área de estudo cresceu mais aceleradamente do que a do resto do estado - a sua participação percentual mais do que duplicou naqueles 30 anos.

A "Marcha para o Oeste" foi lançada pelo governo Vargas em 1938. Visava, entre outros objetivos, ocupar e colonizar o oeste do Brasil, inclusive Goiás. Em 1940, o governo goiano, colaborando com o programa, doou à União áreas próximas à MSP, por meio do Decreto-Lei nº 3.704/1940. O interventor estadual Pedro Ludovico pretendia facilitar a instalação de um núcleo

colonial. O artigo 1º dizia o seguinte: “Ficam doadas ao Governo da União as terras necessárias para a instalação de um Núcleo Colonial e compreendidas dentro dos seguintes limites: Rio das Almas, S. Patrício, Carretão, Divisor Daguas, Areas e Ponte Alta, Rio Verde até confluência com Rio das Almas, [...]”<sup>44</sup>. O governo goiano, ao fazer essa doação, obviamente não levou em conta a riqueza florestal da MSP. Na verdade, evitou conflitos com as oligarquias locais, pois a doação da área florestada não ameaçava os domínios dos grandes donos de terra, formados por campos cerrados.

Os documentos sobre a instalação da CANG a relacionam com outras políticas nacionais. Para os articulistas do Departamento de Imprensa e Propaganda em Goiás, a CANG era mais um resultado das políticas sociais do Estado Novo. Artigo publicado pelo *Correio Oficial*, em 26 de novembro de 1941, noticiou a realização de um “Congresso de Brasilidade”, em Goiânia, entre 10 e 19 de novembro. A sua finalidade fora debater “os problemas da atualidade brasileira” e chamar a atenção dos cidadãos para a cruzada nacionalista do governo federal: “Nada mais patriótico e de grande oportunidade para a Nação do que este Congresso, que [...] procurou reunir espiritualmente os brasileiros em torno de um objetivo supremo: a Pátria”<sup>45</sup>. Um dos temas centrais do evento foi a relação entre o Estado Novo e a Marcha para Oeste, vista pela imprensa oficial goiana como uma cruzada pela brasilidade. O uso de categorias como “cruzada” e “marcha” expunha o sentido da conquista territorial e o conteúdo do imaginário sobre o oeste em Goiás.

Em artigo publicado no *Correio Oficial*, em 31 de dezembro de 1941, intitulado “Colônias Agrícolas”, o jornalista Geraldo Serra reforçava a ideia de que o progresso social brasileiro esteve vinculado, por mais de quatro séculos, às populações do litoral, enquanto as sociedades do oeste ficaram abandonadas e esquecidas. O texto afirmava que isso era “um verdadeiro e imperdoável absurdo numa época em que todo pedaço de terra, todo ‘espaço vital’ tende a se tornar fontes vivas (sic) de civilização e de produção para a riqueza de um país”<sup>46</sup>. Ele via a criação de colônias agrícolas como o “meio mais prático para integrar essa imensa região na nova ordem brasileira [...] transformada, assim, em centros de irradiação de processos modernos de cultura agrícola”<sup>47</sup>.

Mais do que divulgar as colônias agrícolas como solução para a produção agrícola, a imprensa goiana destacava as políticas sociais e nacionalizantes do governo federal e os seus efeitos positivos em Goiás. A modernização agrícola era apenas um dos pontos destacados, expressa no apoio dado aos colonos na forma de mudas, empréstimos, sementes, ferramentas e assistência técnica. A modernização agrícola significava adotar métodos racionais de cultivo, conforme atesta o trecho abaixo: “[nas colônias] cuidar-se-á da instrução primária e agrícola [...]. Um código de ética regulará a vida das colônias, sendo cassadas as concessões dadas aos colonos que não tenham boa conduta, que não cultivem os seus lotes ou que os desvalorizem, devastando-lhes (sic) as matas sem o imediato aproveitamento agrícola”<sup>48</sup>.

Citando o Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941<sup>49</sup>, que criava as colônias nacionais, o jornalista justificava a atuação do governo federal, enfatizando os programas sociais e o controle sobre o desempenho dos colonos. Como as terras doadas por Goiás à União eram cobertas por florestas, o decreto-lei continha dispositivos de proteção das florestas, em

consonância com o Código Florestal de 1934. Mas, a despeito disso, a colonização devastou a MSP e transformou-a em área integralmente agrícola.

O parágrafo 1º do artigo 24 do decreto-lei estabelecia que a exclusão das colônias seria causada pela falta de cultivo da terra, pela sua desvalorização, ou pela má exploração do lote. A exclusão deveria ocorrer após a intimação do colono e a vistoria do lote. Em outros casos, o parágrafo 2º previa a abertura de inquérito administrativo para concretizar a exclusão. Cumpridos esses passos, o Ministério da Agricultura notificaria o colono para desocupar o lote no prazo máximo de 10 dias (parágrafos 3º e 4º). A exigência de cultivar a terra implicava na eliminação das florestas, ou pelo menos de uma parcela considerável dela.

Não encontramos registro de expulsão de colonos por motivo de devastação florestal<sup>50</sup>. Embora o decreto-lei mencione o uso racional dos recursos naturais, as obras da CANG na verdade seguiam as diretrizes do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e privilegiavam o compromisso com o desenvolvimento e a integração nacional. Prevaleceu a noção de que instalação da colônia contribuiria “para uma sensível e verdadeira melhoria das condições de vida do trabalhador rural”<sup>51</sup>. Ainda que houvesse referências às matas, o programa de colonização estimulou o corte raso de uma grande formação florestal, sem previsão de poupar parcelas representativas como reservas.

Em artigo do *Correio Oficial*, de 11 de fevereiro de 1942, intitulado “O ensino agrícola e a Marcha para o Oeste”, José Bittencourt elogiava a atuação do governo federal e as suas realizações nas áreas rurais, associando os efeitos da colonização às políticas sociais varguistas, sobretudo no campo da educação. O autor relatava a construção de várias colônias agrícolas - cuja finalidade era promover o povoamento de zonas desabitadas “em bases racionais” - e dizia que a CANG, “a primeira delas, localizada [...] na Mata de São Patrício, nos oferece um espetáculo vibrante de entusiasmo, animado por uma força construtiva de previsão”<sup>52</sup>. Bittencourt elogiava a política federal de ensino agrícola, mas defendia principalmente a construção de rodovias:

Empregando os mais modernos e eficientes equipamentos rodoviários, niveladores, plainas, escaldores, *roadbuilders* e tratores, estão sendo rasgadas as rodovias que deverão ligar a Colônia à cidade de Anápolis, bem como a Goiânia [...]. Vinte quilômetros dessa rodovia-tronco já foram entregues ao tráfego, rodovia que mais tarde será o escoadouro da produção da nova zona e de todo o hinterland goiano. [...] A Mata de São Patrício vai ser um elo de brasilidade. Brasileiros do norte e brasileiros do sul, unidos pelo mesmo sentimento de amor à gleba, para lá hão de se dirigir<sup>53</sup>.

O texto, intitulado “Ensino Agrícola”, pouco tratava desse assunto. Bittencourt enfatizava a construção de estradas e as colônias agrícolas, signos da modernização. No caso da CANG, o uso de maquinário moderno, a construção de estradas para a interligação de regiões brasileiras, e a penetração dos assentamentos agrícolas nas áreas florestadas eram citados como indicadores do progresso e dos benefícios “concedidos” pelo governo Vargas. Assim os partidários da colonização em Goiás justificaram a devastação da MSP.

Em 1943, as obras de instalação da CANG avançavam e a região recebia muitos colonos. Em artigo publicado pelo *Correio Oficial*, em 26 de dezembro, a CANG foi definida como “o primeiro marco da nova política colonizadora do Presidente Vargas”. A matéria invocava os objetivos nacionalistas da CANG, que estimulava o deslocamento de pessoas para o oeste, descrito como “vasto patrimônio, uno e indissolúvel”<sup>54</sup>. O artigo destacava o andamento das obras da colônia e da rodovia de acesso, destacando a inspeção feita pelo engenheiro José de Oliveira Marques, diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. A matéria informava que avançavam rapidamente as obras na rodovia que ligaria a CANG aos principais centros consumidores de Goiás.<sup>55</sup>

A imprensa goiana via a CANG por diversos ângulos. Enquanto a imprensa oficial da capital via nela um símbolo de brasilidade e da “Marcha para o Oeste”, em sintonia com a propaganda do governo federal, os jornais do interior viam na colonização da MSP a possibilidade de desenvolvimento regional, expresso na construção de rodovias. A imprensa de Goiânia dava mais ênfase à construção e ao batismo cultural da nova capital; situava a CANG no contexto da “Marcha”, como extensão dos benefícios do governo federal e do interventor estadual. A imprensa de Anápolis, por sua vez, celebrava a abertura de estradas que permitiriam o acesso do município ao norte de Goiás e do país.

O jornal *O Anápolis*, de 25 de dezembro de 1943, saudou o início das obras da rodovia que ligava a CANG a Anápolis e Goiânia como sinal de progresso regional<sup>56</sup>. Em 1 de outubro de 1944 apresentava a CANG como “uma obra que conquista aplausos”; a abertura da rodovia era considerada uma iniciativa vitoriosa, pois permitia o contato da CANG “com o ponto terminal da Estrada de Ferro de Goiaz, nesta cidade”<sup>57</sup>. A ferrovia transformara Anápolis em polo atacadista e por isso os jornais locais elogiavam a ampliação da malha rodoviária na direção da MSP. O assunto era recorrente, como se vê numa matéria sobre as vitórias feitas por um técnico do Ministério da Agricultura nas obras da CANG:

Agora que visitou a Colônia, um técnico do Ministério da Agricultura, [...] o dr. Honorato de Freitas, concedeu uma entrevista ao Departamento de Imprensa e Propaganda de Goiaz, [informando] que os excelentes 143 quilômetros de rodovia abertos desta cidade à Mata de S. Patrício é obra sólida, visto que não se intercala de mata burros de madeira, comumente usados, mas por boeiros e pontilhões de concreto armado; que a população da [CANG] já atingiu 8.000 habitantes, constituída por 1.056 famílias, já tendo sido cultivada um área de 5.000 hectares [...]: 400 hectares de cana, 2.400 de arroz e 2.200 de feijão e milho<sup>58</sup>.

Freitas informava ainda que era forte o afluxo de colonos. Reafirmava a intenção do governo federal de ocupar os 5.000 lotes da CANG, ampliando a população e a produção agrícola. Elogiava a atuação do engenheiro Bernardo Sayão (administrador da CANG) na implantação da colônia e na construção da rodovia.

A edição de *O Anápolis* de 28 de novembro de 1943 publicou entrevista em que Sayão relatava o andamento das obras da colônia e da rodovia de acesso à MSP. Ele usou a retórica característica da “Marcha para o Oeste”. Confirmava o andamento das obras e garantia que a

finalidade das colônias era “melhorar o padrão de vida dos nossos patrícios do interior [...] que foram, são e serão os esteios mestres nos quais se apoiam (sic) nossa economia”<sup>59</sup>. Sayão dava cifras precisas sobre os trechos concluídos e em construção da rodovia. Ele informava também que a rodovia chegaria a Sant’Ana (Uruaçu), no norte de Goiás. *O Anápolis* previa que ela ligaria o sul e o norte do Brasil e seria a via de escoamento da produção agrícola goiana para o sul do país, tendo Anápolis como centro distribuidor. O trecho norte da estrada, a 270 km de Anápolis, era dado como quase concluído. Sayão defendia a extensão da rodovia até o Maranhão, afirmando que chegar a Carolina permitiria o acesso “a Santo-Antônio-das-Balsas, porto navegável do rio Parnaíba; de lá, por meio de pequenos veleiros, se chegaria a Belém, no Pará”, de onde se poderia “embarcar para os Estados Unidos [...] a imensa riqueza latente que até o presente saía oneradíssima para o porto de Santos”<sup>60</sup>. Vale notar que esse traçado foi usado na construção da rodovia Belém-Brasília, no final da década de 1950<sup>61</sup>.

Sayão apoiava as reivindicações do prefeito de Anápolis, Joaquim Câmara Filho, interessado na ligação rodoviária da CANG com Goiânia, via Anápolis e Nerópolis. Informava que as obras seriam iniciadas em dezembro de 1943. Ele descrevia a expansão da infraestrutura e das atividades produtivas na CANG:

[...], já existe em funcionamento na Colônia uma serraria [...], com marcenaria anexa; olaria [...]; máquina de beneficiar arroz; moinhos; esburgador; debulhadores; máquinas forrageiras; armazém para fornecimento, base da futura Cooperativa; serviço de assistência médica, dentária e escola primária. [...] Existem na Colônia 1.056 famílias [...] em plena atividade agrícola. A safra 1943/44 de arroz está estimada em 70 mil sacas, além de produção bastante acentuada de café, feijão, toucinho, milho, tubérculos, etc.. [...] será instalada uma das usinas do IAA em Goiaz. Ela terá capacidade para 20.000 sacas de açúcar cristal e 10.000 litros diários de álcool motor [...]. Para isso estão sendo plantados [...] cerca de 1.000 hectares de canas [...].<sup>62</sup>

O relato de Sayão sugere os efeitos perturbadores dos colonos sobre a área florestada. A destruição da MSP fora evitada, no passado, pela dificuldade de remover a floresta e pelo fato de que a pecuária extensiva evitava investimentos onerosos -preferia-se queimar o cerrado ao corte raso da flora. Todavia, a eficiência das máquinas trazidas para o desmatamento na CANG ficava evidente nos tamanhos das safras de 1943/44. O desmatamento continuaria nas décadas de 1950 e 1960. A Figura 1 mostra um aspecto do desmatamento em área da CANG, para a plantação de mandioca. Embora os colonos contassem com tratores para desmatar, eles não abandonaram métodos rudimentares de devastação florestal e cultivo, como o sistema de corte e queima. Outro estímulo a esse sistema foi o desvio do maquinário da CANG para a construção de estradas. Nas áreas próximas, fora da CANG, os fazendeiros também praticavam o corte e queima.

A produção agrícola seria rentável se existissem rotas de escoamento. Daí o interesse das empresas atacadistas de Anápolis pela rodovia para a CANG, pois receberiam a produção a ser escoada pela ferrovia. Essa demanda aparecia na imprensa regional, partidária da ampliação da malha viária. Em *O Anápolis*, de 9 de dezembro de 1944, um artigo comemorava a chegada da rodovia federal a Uruaçu, norte do Estado<sup>63</sup>.

FIGURA 1: ÁREA RECÉM-DESMATADA NA LOCALIDADE DE MATO SECO, DENTRO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS (CANG)



Foto: Carlos de Castro Botelho e Tomas Somlo, 1953. Fonte: Acervo dos trabalhos geográficos de campo, Biblioteca Digital, IBGE.

Em linhas gerais, a imprensa goiana (capital e interior) defendia o ideário político da “Marcha para o Oeste” e, principalmente, os benefícios gerados pelas estradas. A CANG, por sua vez, era divulgada pelo governo federal como uma bem-sucedida ação da política de colonização, desviando o foco das questões de migração e povoamento e concentrando-o na temática do desenvolvimento regional. Distintamente dos articulistas do governo federal, que relacionavam os projetos de imigração e colonização às políticas trabalhistas de Vargas, a imprensa goiana via na CANG a possibilidade de desenvolvimento e de maior integração regional. Assim, nos discursos sobre a ocupação da MSP, as qualidades do solo, o rápido avanço demográfico, as obras de infraestrutura, sobretudo no campo rodoviário, eram promessas de desenvolvimento econômico.

## **Colonização e destruição florestal do Mato Grosso de Goiás**

Os registros dos episódios mais contundentes do desflorestamento do MGG foram feitos nos anos 1940 e 1950 por geógrafos estudiosos da colonização e migração. Esses estudos foram iniciados pelo Conselho Nacional de Geografia (CNG), sobretudo pela equipe coordenada pelo geógrafo alemão Leo Waibel (1888-1951). Entre 1941 e 1944, Waibel foi *Visiting Professor*

na University of Wisconsin, Madison (EUA). O CNG o contratou em 1945 para orientar geógrafos brasileiros em estudos de colonização no Brasil. Waibel conheceu alguns desses geógrafos em Madison, quando estudaram lá. O contato de Waibel com eles, principalmente Orlando Valverde e Fábio de Macedo Soares Guimarães, propiciou o convite para que ele trabalhasse como consultor do CNG, entre 1946 e 1950<sup>64</sup>.

Nas pesquisas de campo sobre a colonização em Goiás, coordenadas por Waibel, foi aplicada uma abordagem nova em estudos geográficos, com detalhada metodologia de organização de notas, diários de campo, fotografias e croquis. Um dos primeiros trabalhos planejados por Waibel e equipe foi o de compor um *Atlas geral da colonização do Brasil*, para localizar áreas propícias para a colonização e indicar sítios adequados para a instalação da nova capital do Brasil<sup>65</sup>. Além dos geógrafos, o trabalho de campo teve a participação de fotógrafos profissionais, contratados pelo CNG no final da década de 1940, com destaque para Tibor Jablonszky, Tomas Somlo e Stivan Faludi. Eles iam ao campo, registrando aspectos da colonização e do desflorestamento do MGG<sup>66</sup>.

Para Abrantes (2013, 297), os fotógrafos foram atores importantes na construção da memória institucional do IBGE pelo precioso acervo iconográfico. Os fotógrafos participavam também da organização e do arquivamento das fotografias, registros valiosos da paisagem goiana em transformação durante a expansão da fronteira agrícola<sup>67</sup>. A fotografia de Jablonszky no MGG (Figura 2) é exemplar dos resultados do trabalho coordenado por Waibel.

FIGURA 2: ROÇA DE ARROZ, MATO GROSSO DE GOIÁS, NAS PROXIMIDADES DE GOIÂNIA (GO), 1957



Autores: Tibor Jablonsky e Speridião Faissol, 1957. Fonte: Acervo dos trabalhos geográficos de campo, Biblioteca Central do IBGE, IBGE, 1957.

De acordo com Valverde, a pesquisa geográfica no Brasil se divide em duas fases: antes e depois de Leo Waibel<sup>68</sup>. As suas pesquisas de campo começaram em Goiás, onde ele se

interessou pela colonização do MGG, em curso. Em artigo de 1947, Waibel explicou porque iniciou os seus trabalhos no Brasil em Goiás:

A resposta é simples: estando eu interessado em colonização, tinha que ir para o interior; estando, além disso, interessado no conhecimento da vegetação original e sua transformação pela atividade humana, decidi ir a uma região onde a influência humana fosse reduzida ao mínimo. Preferia começar o meu trabalho por Mato Grosso. Mas, como a parte central deste estado não é acessível por estrada de ferro, tive que ir a Goiás, onde a linha férrea penetra mais para o interior”<sup>69</sup>

O artigo resultou de pesquisas realizadas em 1946 no centro-sul de Goiás. Waibel teve Faissol e Osvaldo Lôbo como assistentes de campo. Waibel, ao pesquisar o interior “longínquo e selvagem” de Goiás e os efeitos da colonização e das mudanças nas paisagens naturais, analisou a expansão agrícola nas regiões florestadas de Goiás. Chamou a atenção dele o fato de que a área passava por uma expressiva expansão agrícola, depois de ter sido ocupada esparsamente desde o século XVIII. Ele afirmava que a exploração da pecuária ocupara muitas faixas de campo, sem, no entanto, ser “povoada no sentido estrito do termo”<sup>70</sup>. Outra consideração importante de Waibel diz respeito à expansão demográfica, que, devido ao avanço da ferrovia vinda do Triângulo Mineiro, gerou um novo modelo de ocupação, caracterizado pelo “pequeno lavrador que cultiva a terra que ele próprio possui e que produz [...] para o mercado. Ele naturalmente se interessou pelas terras com melhor solo, as florestas que os fazendeiros de gado haviam menosprezado”<sup>71</sup>.

Entre 1946 e 1948 Faissol participou das visitas de campo coordenadas por Waibel e fez extensa pesquisa no MGG. Constatou grande crescimento populacional e expressiva expansão agrícola. Avaliou que a área original do MGG era de cerca de 20.000 km<sup>2</sup>. Faissol notou que o nome da formação expressava bem o contraste dela com o resto da paisagem de cerrado típico que caracteriza Goiás. Afirmou que, “[...] além de ser um nome conhecido e usado tanto na região como na literatura existente, ele exprime bem o que ela representa no Estado: A Zona da Mata”<sup>72</sup>.

Com relação ao uso do solo e à expansão agrícola, Faissol chamava a atenção para as formas de exploração agrícola na faixa pioneira do MGG, apontando a necessidade de cuidados com o manejo, para conservar as riquezas originais da terra. Os seus estudos focalizavam as políticas de colonização e criticavam o modelo adotado no MGG, especialmente nas zonas de ocupação oficial na MSP:

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina observamos áreas colonizadas por europeus há cerca de cinquenta anos, com lotes de 25 hectares, tais como os da [CANG]. A atual situação de algumas destas áreas é de estagnação, quando não de decadência; esta situação deve ser atribuída aos métodos agrícolas usados [...]. Se novos fatores não alterarem a evolução normal da paisagem e dos métodos agrícolas da CANG, dentro de cinquenta anos [...] teremos o esgotamento dos solos e [...] a produção diminuída e a imigração para novas

áreas florestais<sup>73</sup>.

Faissol apontava problemas que causavam a decadência de áreas de fronteira e geravam novos deslocamentos para áreas florestadas. No entanto, ele não se preocupava com a preservação das matas. Propunha a manutenção do potencial agrícola pelo uso racional do solo. Sugeriu ampliar as áreas dos lotes para 100 hectares ou mais e substituir a rotação de terras pela rotação de culturas. Para ele a realização da vocação agrícola da “Zona da Mata” goiana -que ele considerava crucial para o desenvolvimento econômico de Goiás - dependia de uma política de transporte e viação.

## Considerações Finais

Cerca de 60 anos se passaram desde a publicação do relatório de Faissol. A região do extinto MGG tem hoje uma alta densidade populacional, pois faz parte da região metropolitana de Goiânia e inclui cidades da Mesorregião central de Goiás. A paisagem florestada foi substituída por pastagens formadas com gramíneas de braquiária. Há também extensas lavouras de cana-de-açúcar, sobretudo na microrregião de Ceres (antiga CANG), localizada na área da MSP, outro indicador da devastação da vegetação original.

Os apontamentos deixados pela pesquisa dos geógrafos e fotógrafos do CNG constituem fonte ainda inexplorada para estudos de história ambiental. As suas análises previram um cenário de “devastação” em decorrência do crescimento populacional e da expansão agrícola. Essa previsão estava inserida em textos típicos dos discursos de progresso e desenvolvimento da região Centro-Oeste. Ainda assim, consideramos que o chamado para a exploração racional dos recursos indica que houve atenção incipiente para as consequências danosas do modelo de desenvolvimento prevalecente. A proposta do advogado paulista Carlos de Magalhães, ou melhor, a sugestão feita ao governo de Goiás, na primeira metade do século XX, que a região da MSP fosse transformada em um parque nacional, se executada, teria permitido a preservação de uma parcela representativa daquela singular formação florestal que foi o MGG (Magalhães, 2004). Foi uma sugestão inovadora para a época que, caso aceita, teria feito com que Goiás hospedasse um dos primeiros parques nacionais brasileiros.

## Bibliografia

- Abrantes, Vera Lucia Cortes. “O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonszky sobre o trabalho feminino”. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, 20 Vol. 1, 2013, pp. 289-306.
- Arruda, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru, EDUSC, 2000.
- Bell, Stephen. “Processos Making Tracks Toward the Environmental History of Brazil: A Personal Journey in Historical Geography”. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis-Goiás, Vol. 3, Nº 2, 2014, pp. 15-33.
- Borges, Barsanulfo Gomides. *O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas*

- transformações das estruturas regionais (1909-1922)*. Goiânia, Cegraf, 1990.
- Cabral, Diogo de Carvalho. *Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.
- Camargo, Alexandre de Paiva Rio. "A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980)". *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, Vol. 2, Nº 1, 2009, pp. 23-39.
- Campos, Francisco Itami. *Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, USP, 1985.
- Coutinho, Leopoldo Magno. "O Cerrado e a Ecologia do Fogo". *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, Vol. 12, Nº 68, 1990, p. 24.
- Cronon, William. *Changes in the Land: Indians, Colonists and the Ecology of New England*. New York, Hill & Wang, 2003.
- Dean, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- Drummond, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói, EDUFF, 1997.
- Dutra e Silva, Sandro. *Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941-1959)*. Tese de Doutorado, Departamento de História da Universidade de Brasília. Brasília, Universidade de Brasília, UnB, 2008.
- \_\_\_\_\_. "O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília". *Fronteiras Revista Catarinense de História*. Florianópolis, Nº 23, 2014, pp. 21-36.
- Faisso, Speridião. O "Mato Grosso de Goiás". Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Conselho Nacional de Geografia, 1952.
- IBGE-Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual técnico da vegetação brasileira. Série manuais técnicos em geociências*, Nº 1, Rio de Janeiro, IBGE, 1992.
- Lowell, Joan. *Promised Land*. New York, Duell, Sloan and Pearce; Boston: Little, Brown and Company, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Terra prometida*. São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d.
- Magalhães, Carlos Pereira. *Cartas de Goiás no princípio do século XX*. São Paulo, Editora De Letra em Letra, 2004.
- Martinez, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo, Cortez, 2006.
- McCreery, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, CA, Stanford University Press. 2006.
- Miller, Shawn William. *Fruitless Trees: Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber*. Stanford, CA, Stanford University Press, 2000.
- Nash, Roderick Frazier. *Wilderness and the American Mind*. New Haven, CT/London, Yale University Press, 1982.
- Neiva, Ivany Camara. *O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas), Brasília, Universidade de Brasília, 1984.
- Nodari, Eunice Sueli. "Mata Branca: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina". In: Nodari, Eunice Sueli e Klug, João (eds.) *História ambiental e migrações*. São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 35-53.
- \_\_\_\_\_. "As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação". In: de Andrade Franco, José Luiz; Dutra e Silva, Sandro; Drummond, José Augusto; Galvão Tavares, Giovana (eds.) *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012, pp. 241-260.
- Pádua, José Augusto. "Para fazer história ambiental". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 4, Nº 8, 1991, pp. 198-215.
- \_\_\_\_\_. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.
- \_\_\_\_\_. "As bases teóricas da história ambiental". De Andrade Franco, José Luiz; Dutra e Silva, Sandro; Drummond, José Augusto e Galvão Tavares, Giovana (eds.) *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012, pp. 17-37.
- Palacin, Luiz & Moraes, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia, Ed. da UCG, 1994.
- Pereira, José Veríssimo da Costa. "Expedição a São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais". *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XII, Nº 3, 1950, pp. 429-444.
- Pohl, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- Ribeiro, J.F.; Walter, B.M.T. "Fitofisionomia do bioma cerrado". In: S.M. Sano & S.P. Almeida (eds.) *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina, Embrapa-CPAC, 1998.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Viagem às Nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. 2004.
- Sano, Edson Eyji; Dambrós, Luiz Alberto; Oliveira, Geraldo César de; Brites, Ricardo Seixas. "Padrões de cobertura de solos do Estado de Goiás". In: Laerte Guimarães Ferreira Jr. (ed.) *A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado*, Goiânia, Ed. da UFG, 2007, pp. 85-100.
- Smith, Henry Nash. *Virgin Land: the American West as Symbol and Myth*. Cambridge, MA/London, England, Harvard University Press, 2009.

- Turner, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Mineola, NY, Dover Publications, Inc., 2010.
- Webb, Walter Prescott Webb. *The Great Frontier*. Reno, NV, University of Nevada Press, 2003.
- Valverde, Orlando. "Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul". *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. X, Nº 4, 1948, pp. 477-534.
- Veloso, Henrique Pimenta; Rangel Filho, Antonio Lourenço Rosa; Lima, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.
- Waibel, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. 2ª ed. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Princípios da colonização europeia no sul do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. XI, Nº 2, 1949, pp. 159-222.
- Worster, Donald. *Under Western Skies: Nature and History in the American West*. New York, Oxford University Press, 1994.

## Notas

- <sup>1</sup>Warren Dean, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996; José Augusto Drummond, *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*, Niterói, EDUFF, 1997; Gilmar Arruda, *Cidades e Sertões*, Bauru, EDUSC, 2000; Shawn William Miller, *Fruitless Trees: Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber*, Stanford, CA, Stanford University Press, 2000; José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004; Eunice Sueli Nodari, "Mata Branca: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina", Eunice Sueli Nodari e João Klug (eds.), *História ambiental e migrações*, São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 35-53; Eunice Sueli Nodari, "As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação", José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond e Giovana Galvão Tavares (eds.), *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*, Rio de Janeiro, Garamond, 2012, pp. 241-260; Diogo de Carvalho Cabral, *Na presença da Floresta: Mata Atlântica e história colonial*, Rio de Janeiro, Garamond, 2014.
- <sup>2</sup>Cabral, *op. cit.*, p. 25.
- <sup>3</sup>Leopoldo Magno Coutinho, "O Cerrado e a Ecologia do Fogo", *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, Vol. 12, Nº 68, 1990, p. 24.
- <sup>4</sup>Paulo Henrique Martinez, *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*, São Paulo, Cortez, 2006.
- <sup>5</sup>Frederick Jackson Turner, *The Frontier in American History*, Mineola, NY, Dover Publications, Inc., 2010; Webb, Walter Prescott Webb, *The Great Frontier*, Reno, NV, University of Nevada Press, 2003; Henry Nash Smith, *Virgin Land: the American West as Symbol and Myth*, Cambridge, MA/London, England, Harvard University Press, 2009; Roderick Frazier Nash, *Wilderness and the American mind*, New Haven, CT/London, Yale University Press, 1982; Donald Worster, *Under Western Skies: Nature and History in the American West*, New York, NY, Oxford University Press, 1992.
- <sup>6</sup>José Augusto Pádua, "As bases teóricas da história ambiental", José Luiz de Andrade Franco, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond e Giovana Galvão Tavares (eds.), *op. cit.*, pp. 17-37.
- <sup>7</sup>Donald Worster, "Para fazer história ambiental", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 4, Nº 8, 1991, pp. 198-215; Martinez, *op. cit.*; Pádua, *op. cit.*
- <sup>8</sup>William Cronon, *Changes in the Land: Indians, Colonists and the Ecology of New England*, New York, NY, Hill & Wang, 2003.
- <sup>9</sup>Dean, *op. cit.*; Drummond, *op. cit.*; Martinez, *op. cit.*
- <sup>10</sup>Martinez, *op. cit.*
- <sup>11</sup>Atualmente a área do MGG está no centro-norte de Goiás, por causa do desmembramento de Tocantins, ocorrido em outubro de 1988. As fontes usadas, anteriores à criação de Tocantins, situam o MGG no sul do estado.
- <sup>12</sup>Henrique Pimenta Veloso, Antonio Lourenço Rosa Rangel Filho e Jorge Carlos Alves Lima, *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*, Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.
- <sup>13</sup>*Idem*.
- <sup>14</sup>*Ibid.*, p. 79.
- <sup>15</sup>De acordo com o *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*, ecótipo significa um conjunto de indivíduos de uma comunidade (no caso florística) dotada de um mesmo padrão genético. Ver: IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Manual técnico da vegetação brasileira*, Série manuais técnicos em geociências, Nº 1, Rio de Janeiro, IBGE, 1992.
- <sup>16</sup>Edson Eyji Sano, Luiz Alberto Dambrós, Geraldo César de Oliveira e Ricardo Seixas Brites, "Padrões de cobertura de solos do Estado de Goiás", Laerte Guimarães Ferreira Jr. (ed.), *A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado*, Goiânia, Ed. da UFG, 2007, pp. 85-100.
- <sup>17</sup>Sano *et. al.*, *op. cit.*, p. 90.

- <sup>18</sup>J.F. Ribeiro e B.M.T. Walter, "Fitofisionomia do bioma cerrado", S.M. Sano & S.P. Almeida (eds.), *Cerrado: ambiente e flora*, Planaltina, Embrapa-CPAC, 1998.
- <sup>19</sup>Speridião Faissol, *O "Mato Grosso de Goiás"*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Nacional de Geografia, 1952.
- <sup>20</sup>Faissol, *op. cit.*
- <sup>21</sup>Essa pesquisa está sendo feita pelo autor principal deste texto e pelo pesquisador Carlos Christian Della Giustina, dentro do Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPES (PNPD/CAPES), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, PPSTMA/UniEVANGÉLICA.
- <sup>22</sup>Sandro Dutra e Silva, *Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941-1959)*, Tese de doutorado História, Universidade de Brasília, Brasília, Universidade de Brasília, UnB, 2008.
- <sup>23</sup>Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de Goiás*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- <sup>24</sup>*Ibid.*, p. 22.
- <sup>25</sup>*Ibid.*, pp. 44-45.
- <sup>26</sup>*Ibid.*, p. 45.
- <sup>27</sup>*Idem.*
- <sup>28</sup>*Idem.*
- <sup>29</sup>Auguste Saint-Hilaire, *Viagem às Nascentes do rio São Francisco*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 2004, p. 165.
- <sup>30</sup>Johann Emanuel Pohl, *Viagem no interior do Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- <sup>31</sup>*Ibid.*, p. 118.
- <sup>32</sup>*Ibid.*, p. 118.
- <sup>33</sup>A fazenda "Lavrinha" foi comprada em 1906 pelos irmãos Brockes, para instalar uma colônia alemã, seguindo o modelo de Blumenau. Eles abandonaram o projeto e venderam a fazenda para a família Monteiro de Barros, de São Paulo. Ver: Ivany Camara Neiva, *O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás*, Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas), Brasília, Universidade de Brasília, 1984; Carlos Pereira Magalhães, *Cartas de Goiás no princípio do século XX*, São Paulo, Editora De Letra em Letra, 2004; Silva, 2008, *op. cit.*
- <sup>34</sup>Magalhães, *op. cit.*, p. 92.
- <sup>35</sup>*Ibid.*, p. 75.
- <sup>36</sup>*Ibid.*, p. 97.
- <sup>37</sup>Joan Lowell, *Promised Land*, New York, NY, Duell, Sloan and Pearce; Boston, MA, Little, Brown and Company, 1952.
- <sup>38</sup>Joan Lowell, *Terra prometida*, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d, p. 62-63.
- <sup>39</sup>Magalhães, *op. cit.*
- <sup>40</sup>Turner, *op. cit.*
- <sup>41</sup>David McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889*, Stanford, CA, Stanford University Press, 2006.
- <sup>42</sup>Francisco Itami Campos, *Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*, Tese de Doutorado (Doutorado apresentado no Departamento de Ciências Sociais), São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 1985; Barsanulfo Gomides Borges, *O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais (1909-1922)*, Goiânia, Cegraf, 1990; Luiz Palacin e Maria Augusta de Sant'Anna Moraes, *História de Goiás*, Goiânia, Ed. da UCG, 1994.
- <sup>43</sup>Faissol, *op. cit.*
- <sup>44</sup>Goiás, Decreto-Lei Nº 3.074, de 04 de novembro de 1940. *Jornal Correio Oficial*, Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz, 06 de nov. 1940, Ano 104, Nº 4.097, Goiânia, Imprensa Oficial do Estado de Goiaz.
- <sup>45</sup>Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, "O congresso de brasilidade em Goiaz", *Correio Oficial*, 105, Nº 4.266, Goiânia, 1941.
- <sup>46</sup>Geraldo N. Serra, "Colônias agrícolas", *Jornal Correio Oficial: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz*, Ano 105, Nº 4.284. Goiânia, Imprensa Oficial do Estado de Goiaz. Serra, 1941, s/p.
- <sup>47</sup>*Idem.*
- <sup>48</sup>*Idem.*
- <sup>49</sup>Brasil, Senado Federal, Decreto Lei 3059, *Diário Oficial*, 14 de fevereiro de 1941. Subsecretaria de Informações. Texto Integral. Publicação: Coleção Leis do Brasil. Disponível no site: <http://www6.senado.gov.br/legislação>. Acesso em 08 de setembro de 2007.
- <sup>50</sup>Silva, *op. cit.*
- <sup>51</sup>Serra, *op. cit.*
- <sup>52</sup>José Bittencourt, "O ensino agrícola e a marcha para o oeste", *Jornal Correio Oficial: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz*, Ano 105, Nº 4.306, Goiânia, Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, 1942, s/p.
- <sup>53</sup>*Idem.*
- <sup>54</sup>Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, Rasgando a rodovia para a Colônia Agrícola de Goiaz", *Correio Oficial*, Vol. 107, Nº 4.675, Goiânia, 1943, s/p.

<sup>55</sup>*Idem.*

<sup>56</sup>Jornal O Anápolis, "Iniciada a ligação Goiânia-Colônia Agrícola Nacional", *O Anápolis*, Ano IX, Nº 431, Anápolis, 1943, s/p.

<sup>57</sup>Jornal O Anápolis, "A colônia agrícola nacional: uma obra que conquista aplausos", *O Anápolis*, Ano X, Nº 469, Anápolis, 1944, s/p.

<sup>58</sup>*Idem.*

<sup>59</sup>Jornal O Anápolis, "A colônia agrícola nacional e o progresso do Estado de Goiás: autorizadas revelações do engenheiro administrador da C.A.N.G ao Anápolis", *O Anápolis*, Ano IX, Nº 427, Anápolis, 1943a, s/p.

<sup>60</sup>*Idem.*

<sup>61</sup>Sandro Dutra e Silva, "O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília", *Fronteiras Revista Catarinense de História*, Nº 23, Florianópolis, 2014, pp. 21-36.

<sup>62</sup>Jornal O Anápolis, *op. cit.*, 1943a, s/p.

<sup>63</sup>Jornal O Anápolis, "Anápolis ligada a Uruassú: por apenas 288 quilômetros via colônia agrícola nacional", *O Anápolis*, Ano X, Nº 478, Anápolis, 09 de Dez. 1944a.

<sup>64</sup>De acordo com Alexandre Camargo, os geógrafos do IBGE, Jorge Zarur, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra, foram indicados em 1944 para cursar mestrado e doutorado em universidades norte-americanas (University of Wisconsin, Northwestern University e University of Chicago). Esse contato com professores nos Estados Unidos aproximou o IBGE desses pesquisadores, promovendo, inclusive a vinda de Leo Waibel para o CNG. Ver ainda: Alexandre de Paiva Rio Camargo, "A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980)", *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, Vol. 2, Nº 1, 2009, pp. 23-39; Leo Waibel, *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 2ª edição, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1979; Vera Lucia Cortes Abrantes, "O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonszky sobre o trabalho feminino", *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, Vol. 20, Nº 1, 2013, pp. 289-306; Stephen Bell, "Processes Making Tracks Toward the Environmental History of Brazil: A Personal Journey in Historical Geography", *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis-Goiás, Vol. 3, Nº 2, 2014, pp. 15-33.

<sup>65</sup>Não conseguimos confirmar se esse "Atlas geral da colonização do Brasil", citado em vários textos, foi concluído e publicado. O que percebemos é a referência desse trabalho em vários artigos publicados entre as décadas de 1940 a 1950. Ver: José Veríssimo da Costa Pereira, "Expedição a São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais", *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XII, Nº 3, 1950, pp. 429-444; Orlando Valverde, "Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul", *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. X, Nº 4, 1948, pp. 477-534; Leo Waibel, "Princípios da colonização europeia no sul do Brasil", *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. XI, Nº 2, 1949, pp. 159-222.

<sup>66</sup>Abrantes, *op. cit.*; Pereira, *op. cit.*

<sup>67</sup>Abrantes, *op. cit.*, p. 297.

<sup>68</sup>Orlando Valverde, "Apresentação", Leo Waibel (ed.), *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

<sup>69</sup>Waibel, *op. cit.*, 1947, p. 314.

<sup>70</sup>Waibel, *op. cit.*, 1958, p. 133.

<sup>71</sup>*Idem.*

<sup>72</sup>Faissol, *op. cit.*, p. 7.

<sup>73</sup>*Ibid.*, p. 118.